

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o segundo número do décimo quarto volume da Revista Eletrônica E-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

Fruto do cenário da pandemia, o artigo O futuro do controle judicial das políticas públicas: um olhar sobre a ADPF 669/DF e a pandemia do Coronavírus, de Renan Porcaro de Bretas e Rodolfo Bastos Combat, analisa a decisão de concessão de medida cautelar, em âmbito das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental de números 668/DF e 669/DF, do Supremo Tribunal Federal acerca de políticas públicas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, proibindo que a União veicule campanha publicitária estimulando o fim do distanciamento social. O artigo se vale de diferentes conceituações de políticas públicas, bem como do exame do texto constitucional brasileiro e do princípio democrático da separação de poderes para discutir o controle de políticas públicas de combate à presente crise sanitária no Brasil, com relação à competência e legitimidade da Suprema Corte enquanto órgão máximo do Poder Judiciário.

Ainda tratando da questão pandêmica, o artigo “A função normativa da Organização Mundial da Saúde– OMS e as recomendações para o enfrentamento da pandemia do Covid-19”, de Gilberto Bomfim e Bruno Fediuk de Castro, aborda como as organizações internacionais, notadamente a OMS, podem emitir convenções e regulamentos com efeitos vinculantes (*hard law*) e recomendações não obrigatórias (*soft law*), analisando onde se encontrariam as recomendações temporárias para o enfrentamento da Covid-19.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XIV, número 2, dezembro de 2021 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

Thayanne Borges Estelita, no artigo “Expressão ‘atores não estatais’: origem, evolução e críticas ao termo”, discute o surgimento e evolução dos atores não estatais que aos poucos vem ganhando espaço na agenda internacional, visando demonstrar as dificuldades futuras que poderão surgir com a postura atual da doutrina e literatura. No artigo “A evolução do sistema interamericano de direitos humanos através da aplicação do direito à saúde como norma positiva de ‘jus cogens’”, João José Turri Brufatto e Aluísio de Freitas Miele, tratam da evolução das normas e os órgãos jurídicos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, trazendo à tona os desafios da atuação da Comissão e da Corte na garantia dos direitos sociais, especificamente do direito à saúde.

Igor pires gomes da costa e Thiago Simões Pessoa, no artigo “Liberdade acadêmica e uso do espaço público das universidades”, discutem se a autonomia universitária prevista na Constituição, à luz da doutrina e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é capaz de revestir as universidades de proteção especial.

No artigo “A relevância da proporcionalidade na proteção dos direitos fundamentais”, Ana Thereza Meireles Araújo e Tatiane Gomes da Silva Santos verificam que a aplicação da proporcionalidade, através das suas sub-regras, verdadeiramente propicia a escolha racional de qual direito deve prevalecer no caso concreto, afastando assim medidas que limitem os direitos fundamentais inadequadamente.

Marina de Almeida Rosa e Bruno Voesch do Canto no artigo “O Direito Internacional dos Refugiados e o princípio do non-refoulement: a possibilidade de seu reconhecimento como norma de jus cogens a partir dos sistemas europeu e interamericano de direitos humanos” fazem uma análise do estado da arte da jurisprudência do sistema europeu e do sistema interamericano de proteção de direitos



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XIV, número 2, dezembro de 2021 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

humanos sobre o tema, buscando esclarecer os diferentes posicionamentos entre eles em relação ao reconhecimento do princípio do *non-refoulement* enquanto norma de *jus cogens*, evidenciando as divergências interpretativas existentes em torno do princípio.

No paper “As teorias racionais do comportamento humano e o eleitor brasileiro da democracia contemporânea”, Letícia Maria de Maia Resende e Rodrigo Rios Faria de Oliveira aproximam as teorias que têm como foco o comportamento humano fundamentado na razão, estabelecendo-se um diálogo entre a teoria do imperativo categórico de Immanuel Kant, que mistura conceitos de moral e princípio universal, e a teoria econômica da democracia defendida primordialmente pelo economista norte-americano Anthony Downs, que trata do axioma particular.

Bibiana das Chagas Meroni Costa no artigo “Acordo sobre a facilitação do comércio e o monitoramento das medidas implementadas pela Aduana brasileira” propõe, a partir de revisão bibliográfica, uma reflexão sobre a necessidade e as dificuldades de avaliação e monitoramento do Acordo. O foco do trabalho são as iniciativas implementadas no âmbito da aduana brasileira, para as quais defende-se um exame realista de como os institutos e medidas previstas e implementadas efetivamente contribuem para a facilitação do comércio, considerando seus reais impactos na sociedade.

No artigo “A revisão de contratos empresariais na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: entre humanos e econos”, Pedro Henrique Carvalho da Costa e Emerson Luís Dal Pozzo analisam o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e dos Enunciados da Justiça Federal sobre contratos empresariais e sua revisão por parte do Poder Judiciário, propondo sugestões sobre como essa intervenção nos contratos deve



se dar, de forma a valorizar os princípios do direito contratual, especialmente a autonomia da vontade e a força vinculante dos contratos, mas evitando injustiças, valorizando-se a análise caso a caso, com base em preceitos econômicos que se revelam úteis para o julgador.

Finalmente, Lívia Alegria e Sabrina Rigaud no artigo “O estado de coisa inconstitucional do sistema carcerário brasileiro e a ineficácia da função ressocializadora da pena” expõem a calamidade e a violação de direitos fundamentais encontrados nos estabelecimentos prisionais brasileiros, bem como a sua declaração de Estado de Coisa Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, demonstrando de acordo com pesquisas realizadas no âmbito dos cárceres, a violação massiva das Regras Mínimas de Tratamento de Presos das Nações Unidas e da Lei de Execução Penal brasileira. O trabalho busca afastar a invisibilidade que incide sobre a população carcerária, expondo-a a tratamentos desumanos e a locais prisionais inadequados.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

Fernanda Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH – Belo Horizonte

Volume XIV, número 2, dezembro de 2021 – ISSN: 1984-2716 – ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>